



# CONGRESSO

Estadual da Intersindical  
Central da Classe Trabalhadora / SC

## CADERNO DE TESES

**Crise e  
Reorganização da  
Classe Trabalhadora**

**Florianópolis / 13 e 14 de Março de 2020**

# **Sumário**

## **Caderno de Teses**

<b>1 - APRESENTAÇÃO: O LUGAR DA INTERSINDICAL</b>	<b>1</b>
<b>2 - CONJUNTURA MUNDIAL</b>	<b>3</b>
<b>3 - CONJUNTURA BRASILEIRA</b>	<b>7</b>
<b>4 - A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO DAS REFORMAS DO GOVERNO BOLSONARO</b>	<b>13</b>
<b>5 - OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA EM SANTA CATARINA</b>	<b>19</b>
<b>6 - CONTRIBUIÇÃO TEMÁTICA - EM DEFESA DO SUS, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO</b>	<b>21</b>
<b>7 - CONTRIBUIÇÃO TEMÁTICA - NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO TAREFAS ATUAIS DO SINDICALISMO NO BRASIL</b>	<b>22</b>

## 1. APRESENTAÇÃO: O LUGAR DA INTERSINDICAL

A Intersindical – Central da Classe Trabalhadora foi fundada em março de 2014, depois de uma década de indefinições entre ficar ou sair da CUT, fundir-se com a CSP-Conlutas ou criar uma institucionalidade própria. Acabamos por formalizar a criação da Central quando já não havia mais qualquer esperança de a CUT voltar a ter o caráter e potencial que teve quando da sua fundação no começo dos anos de 1980, e quando o hegemonismo esquerdista do PSTU interditou a possibilidade da Conlutas ser mais que uma correia de transmissão deste partido, levando os setores que lhe seguiram para o isolamento político em relação aos imensos desafios que a classe trabalhadora brasileira teve nos últimos anos.

O esgotamento da CUT como central capaz de aglutinar os setores mais combativos da classe trabalhadora para coordenar as lutas imediatas em defesa dos salários e dos direitos e promover a grande luta estratégica por um projeto político próprio da classe, situação que já se percebia claramente ao longo da década de 1990, fez com que centenas de sindicatos combativos abandonassem esta central e ficassem sem articulação programática permanente no debate nacional da classe trabalhadora. Quando o PT chegou ao governo e

tomou posições políticas para restringir direitos, como foi o caso da contra-reforma da previdência de 2003, e a CUT colocou panos quentes na gravidade da situação, um número enorme de outros sindicatos se somaram àqueles que já haviam desistido da CUT como referência de luta. Todos estes setores passaram a fazer parte de uma Coordenação Nacional de Lutas, que depois passou a chamar-se Conlutas. Ao longo dos anos seguintes, a maior parte destes setores saiu da CUT, sendo que parte considerável deles criou a Intersindical, em 2006. Em 2008 esta Intersindical se dividiu entre os que queriam construir uma nova central e os que eram contra esta proposta. A parte da Intersindical que considerava importante construir uma nova central foi para o Conclat de Santos em 2010, junto com a Conlutas. Tal Congresso rachou justamente porque o PSTU, diferente do que tinha sinalizado nas reuniões preparatórias, manteve sua intransigência desde o caráter até o nome da central a ser criada, sem falar dos posicionamentos referentes à política internacional, onde, por exemplo, priorizava espaços para os opositores do governo Hugo Chavez, na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia, e assim por diante.

O rompimento com esta postura deixou um razoável conjunto de forças populares e de direções sindicais sem uma ferramenta nacional de organização de direção das lutas. A CUT estava esgotada para a luta de classes (situação que avaliamos não ter mudado de lá para cá) e a

CSP-Conlutas já nasceu com a gênese do isolamento em virtude das posições esquerdistas e sectárias do partido político que a nela é hegemônico. Com esta avaliação, no segundo semestre de 2013, as organizações populares que não tinham ilusão nem com a CUT e nem com a CSP-Conlutas, e que acreditavam ser estrategicamente necessária a organização de uma central sindical classista, combativa, democrática, autônoma em relação aos patrões e aos governos, independente em relação aos partidos políticos e credos religiosos, resolveram criar uma nova central sindical. Em março de 2014, na quadra dos bancários, na cidade de São Paulo, nascia a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

Nestes poucos anos de vida, a nossa Intersindical tem participado de todas as lutas importantes da classe trabalhadora e do povo pobre do nosso país. Foi assim na luta contra a terceirização, contra as medidas de ajuste fiscal de todos os governos (desde Dilma até Bolsonaro), foi assim na luta contra a PEC da morte do governo Temer, na construção da Greve Geral de 28 de abril de 2017, e em todas as outras lutas e mobilizações organizadas pelas forças populares. Apesar das críticas e do combate às políticas de direita adotadas pelo governo Dilma após outubro de 2014, a Intersindical Central da Classe Trabalhadora não se furtou a participar e a tentar construir a resistência ao impeachment contra Dilma Rousseff, e desde 2015 afirmávamos

publicamente o caráter golpista daquele movimento da direita e da extrema direita, como depois restou provado. Apesar de termos nos situado à esquerda dos governos do PT, fomos contra o golpe e contra a condenação sem provas e a prisão política do ex-presidente Lula, abuso de poder praticado pelo judiciário brasileiro que facilitou a eleição do governo Bolsonaro, que hoje destrói nossos direitos, elimina empregos, devasta o meio ambiente, leiloa as empresas e o patrimônio públicos e acaba com nossa soberania. Mesmo que as organizações populares e o povo trabalhador brasileiro passe por um difícil momento conjuntural, nossa Intersindical segue participando e apoiando todas as batalhas que nossa classe consegue dar, contra a destruição da previdência social, contra a carteira de trabalho verde e amarela, contra os cortes de recursos para universidades e institutos federais, contra os ataques à cultura e às liberdades democráticas, contra o desemprego planejado para arrochar ainda mais os salários, contra a destruição do meio ambiente.

A Intersindical Central da Classe Trabalhadora é ainda uma pequena Central, com algumas dezenas de sindicatos filiados. Mas tem diversas minorias sindicais, diversas oposições e movimentos sociais de trabalhadores/as que estão também no seu processo de construção, apesar das dificuldades da conjuntura. O que é importante ter claro neste momento, é que não só de tamanho vive uma organização de luta da classe trabalhadora. É fundamental conseguir

fazer a avaliação política correta acerca da realidade que nos cerca, pois só isso permite adotar a tática de luta adequada para cada momento, que conduza às vitórias imediatas, fundamentais para amenizar a exploração e o sofrimento do nosso povo, mas que seja orientada, em cada momento, ao acúmulo de forças e a marcha pelo fim da exploração. Outras centrais, maiores, acabam se engessando na indefinição, umas acometidas pelo peleguismo histórico ou “pós-moderno” e outras pelo esquerdismo sectário e isolacionista. Nossa central ocupa a situação importante de não se deixar cair em nenhum destes dois erros, que são fatais, e na maioria das vezes, incuráveis.

Aqui em Santa Catarina, por enquanto, apenas o SindSaúde/SC está formalmente filiado à Intersindical, mas várias minorias, oposições e movimentos fazem parte do processo de construção da Central. Estamos neste momento fundando a Intersindical Central da Classe Trabalhadora em Santa Catarina, uma ferramenta de luta aberta à participação livre e soberana de todas as lideranças sindicais e populares do nosso estado, independente de estar ou não na direção dos seus sindicatos ou outras entidades de massa. A participação no nosso Congresso Estadual de Fundação não implica em filiação automática e nem mesmo tem qualquer outra consequência que não seja aquelas referentes à livre decisão de debater e de ajudar a construir a luta. Seja bem vindo, seja bem vinda, ao nosso 1º Congresso Estadual.

## 2. CONJUNTURA MUNDIAL

A base estrutural sobre a qual se apoia hoje a conjuntura mundial é de uma sociedade capitalista em crise crônica que transfere para a classe trabalhadora e para o povo pobre em geral os efeitos danosos da política imposta aos governos pelos monopólios econômicos cada vez mais poderosos. Faz já mais de um século que o capitalismo se tornou monopolista e que o capital bancário passou a controlar o capital industrial, fazendo do capital financeiro o pólo dominante dentro do sistema geral capitalista. Este fenômeno, conhecido como imperialismo, passou a controlar os estados nacionais em favor dos interesses dos monopólios empresariais dos países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista.

Foi contra o imperialismo e suas guerras de rapina que os operários, os camponeses e os soldados russos conseguiram impor uma grande derrota em 1917, quando tomaram o poder e construíram a primeira sociedade socialista dos tempos modernos. Foram duramente atacados por diversos países capitalistas da Europa e inclusive pelos Estados Unidos da América entre 1919 e 1921, mas, pela unidade do povo russo com seu novo Estado socialista, a revolução proletária venceu esta guerra, e construiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

(URSS). Importante registrar que a URSS foi também a principal força econômica, social e militar para a derrota do nazi-fascismo da Alemanha, na década de 1940.

Durante setenta anos o socialismo (na URSS e depois em diversos outros países) foi referência da resistência dos povos contra a exploração e o domínio do imperialismo, ao mesmo tempo em que era uma ameaça permanente contra os defensores do capitalismo em todas as partes do mundo. Por conta disso, o capitalismo precisou fazer concessões em termos de direitos trabalhistas e de garantias sociais na Europa e também em várias outras partes do mundo. Ou seja, o socialismo, o Estado dirigido pelos e em favor do proletariado, proporcionou um pouco de bem estar social até mesmo nos países capitalistas, porque era a forma política dos governos destes países responder aos sucessos sociais do socialismo. A classe trabalhadora organizada em todas as partes do mundo colocava para os patrões e para os governos as demandas tendo como referência os níveis de direitos existentes no mundo socialista, e, para não correr o risco de perder o poder, a classe dominante e os governos dos países capitalistas acabavam cedendo à pressão civilizadora vinda da classe trabalhadora organizada

Faz três décadas que o processo se inverteu em termos mundiais, e este tempo coincide justamente com o fim da URSS e a derrota do socialismo em todo o leste europeu. O

colapso do bloco socialista enfraqueceu as lutas e a força das organizações populares, permitindo que os defensores do capitalismo e seus governos de direita avançassem sobre os direitos gerais dos povos. Este processo, que já era forte na Inglaterra de Margareth Thatcher (que foi seguida pela ditadura Pinochet no Chile) e que tinha muita força na intensa exploração do trabalho no Japão, tornou-se avassalador nas décadas de 1990 e nas seguintes. O fenômeno que ficou conhecido como neoliberalismo (embora este não seja o melhor termo para explicar o fenômeno), consiste na diminuição dos direitos trabalhistas, na privatização das empresas públicas, na redução drástica das garantias sociais em termos de previdência, saúde, assistência social, etc, e todo um conjunto de medidas restritivas de direitos que dizem servir para permitir o “ajuste fiscal”, mas que serve, na verdade, para permitir a ampliação das reduções continuadas de impostos para os grandes empresários e para a proliferação da sonegação fiscal, que de tão abusiva já se tornou rotineira.

O argumento ideológico dos defensores deste modelo é de que sem a intervenção do Estado a sociedade se desenvolve melhor, as pessoas em geral se afirmam pelas suas capacidades e produzem mais por isso, não criando ônus desnecessário para o poder público, prosperando enquanto indivíduo e fazendo com isso a sociedade inteira prosperar. Estes argumentos são objetivamente falsos! Esta

equação só se tornou parcialmente viável em países específicos, onde parte substancial da renda dos seus estados imperialistas vem de outras partes do mundo, como recolhimento extorsivo da mais valia produzida pelos povos que têm muito pouco direito e vivem muito mal. Na prática, a não intervenção do Estado em favor da classe trabalhadora e dos pobres em geral serve justamente para que o Estado possa intervir cada vez mais em favor dos monopólios empresariais, seja reduzindo mais os impostos e criando mais incentivos para os poderosos, seja usando parte das reservas públicas para socorrer os bancos quando das crises de liquidez (quando as bolhas financeiras, criadas por fraudes contábeis estouram e não têm lastro para sobreviver sem ajuda do Estado). Ou seja, o imposto pago regiamente pela classe trabalhadora, pelos pequenos empresários e pelos autônomos serve para cobrir os riscos dos investimentos do capital monopolista, incluindo o seu pólo dominante, o capital financeiro. Parasitas, portanto, são eles!

Além de impor a restrição de direitos, fazendo ampliar o nível de regressão social que em várias partes do mundo cria situações de barbárie social para povos inteiros, uma tragédia civilizatória sobre milhões de pessoas, o imperialismo alastra seus tentáculos para qualquer lugar do planeta onde existam recursos naturais a serem expropriados e drenados. Esta política abre mais espaço para o expansionismo econômico dos seus monopólios, ao mesmo

tempo em que realiza a rapina sobre os próprios recursos naturais ainda abundantes na periferia do capitalismo e já esgotados na maioria dos países de capitalismo desenvolvido. Isso vale para os recursos minerais em geral, com o petróleo à frente, mas tem se transferido também para o controle da biodiversidade e de forma especial para as fontes de água.

Depois de uma década inteira (1990-2000) de pretensão unipolar do imperialismo dos Estados Unidos, a Rússia saiu da política de dilapidação interna em favor dos monopólios internacionais e estabeleceu, mesmo sob o capitalismo, um padrão de proteção soberana que lhe permite fazer contraponto, inclusive militar, aos Estados Unidos. Pela forte produção interna e pela via comercial externa, a China saltou da quase insignificância econômica há algumas décadas, para ser hoje a segunda economia mundial, e já faz sombra ao poderio econômico estadunidense.

Percebendo esta tendência de perda do poder decisório sobre todas as partes do mundo, o imperialismo dos Estados Unidos se torna ainda mais violento e perigoso, conforme bem analisou o Encontro Mundial Contra o Imperialismo, realizado em Caracas, capital da Venezuela, no último mês de janeiro, que chegou também à conclusão de que a guerra tem sido o mecanismo usado para o expansionismo econômico dos países imperialistas. A indústria da guerra é também um dos setores mais importantes do desenvolvimento econômico dos

Estados Unidos, setor que tem cada vez mais influência sobre os governos daquele país. Importante registrar que os países europeus mais desenvolvidos economicamente, como Inglaterra, Alemanha, França, e mesmo a Itália, assim como Israel, são cúmplices dos Estados Unidos para todas as agressões que este tem promovido na Eurásia e no Oriente Médio.

Para além do contraponto da Rússia e da China, a resistência ao imperialismo está no Oriente Médio, na América Latina e nos povos de todo o mundo. As organizações populares e os governos soberanos de diversos países destas regiões seguem se organizando para fazer o enfrentamento, por todos os meios possíveis, às agressões imperialistas. A Venezuela, a Nicarágua e Cuba são os três países que estão na dianteira da luta anti-imperialista no nosso continente. Outros processos em contradição (de diferentes matizes) com o imperialismo dos Estados Unidos foram derrotados por golpe de Estado, como foi o caso de Honduras em 2009, do Paraguai em 2012, do Brasil em 2016, da Bolívia em 2019. Em outros países, a direita ou extrema direita derrotou os projetos populares (e ou liberais democráticos) por via eleitoral, como o caso de El Salvador, Uruguai, Chile, Peru. Na Colômbia, a extrema direita está há décadas governando, em aliança sólida com a ingerência do imperialismo. Na Argentina, depois do peronismo de esquerda ter perdido um mandato para a direita liberal, retomou o governo por vitória eleitoral recente. No México, o governo

popular tenta diminuir os efeitos nefastos da relação de subordinação aos Estados Unidos, e enfrenta resistência interna da direita local.

Apesar da força que o imperialismo ainda possui, fica evidente também que contra ele se pode lutar e vencer. Venezuela, Nicarágua e Cuba mostram isso! Também o caso do Iraque mostra que a resistência do povo é a principal arma contra as agressões econômicas, políticas e militares. Se em 2003 o Iraque foi completamente destruído pelo uso total da força bélica do imperialismo yanque, que trocou governos e colocou seus lacaios em todas as instituições (matando enforcado o próprio ex-aliado Saddam Hussein), no ano de 2020 o parlamento iraquiano deliberou pela saída imediata de todas as forças militares dos Estados Unidos daquele país, depois do ataque criminoso das forças armadas dos Estados Unidos que mataram o general iraniano Qassem Soleimani e lideranças militares iraquianas em Bagdá.

O principal desafio da classe trabalhadora e dos povos oprimidos de todo o mundo é entender quem é seu inimigo comum: o imperialismo dos Estados Unidos e seus aliados. Aqui no Brasil, o imperialismo condensa um bloco de poder junto com os monopólios e o latifúndio, determinando os rumos do Estado, sugando os esforços do povo trabalhador para dar vantagens ao agronegócio, aos monopólios de exportação e importação, aos bancos e ao rentismo de forma geral, através do mecanismo parasita dos serviços e juros da dívida pública,



da cooptação sistemática da cúpula das FFAA, da hegemonia na direção dos monopólios presentes no país e em conspirações golpistas, como a que derrubou a presidente Dilma e elegeu Bolsonaro.

Nós da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, nos inserimos na política internacional junto com a Federação Sindical Mundial (FSM), ao lado das organizações populares que lutam por direitos e pela soberania dos povos. Trabalhamos em conjunto com os setores que defendem as políticas avançadas dos governos populares em todo o mundo e especialmente na América Latina e no Caribe. Dentro deste horizonte, nossa Central participou ativamente do Encontro Mundial Contra o Imperialismo, realizado entre 21 e 24 de janeiro último em Caracas, na Venezuela. Este movimento anti-imperialista mundial tem adotado as posições e as deliberações das organizações populares de massa, como foram o I Congresso de Trabalhadores em Solidariedade à Revolução Bolivariana; o I Congresso Internacional da Mulher; o Congresso de Comunas, Movimentos Sociais e Poder Popular; o I Congresso Internacional de Povos Indígenas; o Congresso Internacional de Afrodescendentes; e o Congresso Internacional de Comunicação, todos eventos realizados na Venezuela ao longo de 2019.

Fazer parte deste processo, contribuir e participar deste movimento, incorporar, difundir e encaminhar as deliberações democráticas

destes eventos é uma tarefa fundamental para a classe trabalhadora brasileira realizar o chamado internacionalismo proletário, fazendo a solidariedade com os outros povos em luta no mundo e em especial no nosso continente, e construindo assim o nosso próprio projeto de emancipação da classe trabalhadora e de todos os setores oprimidos da sociedade brasileira.

### **3. CONJUNTURA BRASILEIRA**

A presente crise de acumulação verificada nos países capitalistas desde 2007 levou na última década ao acirramento das disputas inter-imperialistas e a uma fase de acentuada expansão neocolonialista. Essa dinâmica levou a uma intensificação das disputas pelo controle das principais fontes de energia e recursos essenciais do planeta (petróleo, gás, água, minérios raros), o que colocou o Brasil, sobretudo após a descoberta das amplas reservas petrolíferas do pré-sal, no olho do furacão geopolítico.

Em 2013, a eclosão de uma série de manifestações de rua expôs, além da relativa fragilidade do apoio popular ao governo, as insuficiências do projeto petista no plano do desenvolvimento nacional, trazendo à tona os gravíssimos e pouco enfrentados problemas de infraestrutura urbana das regiões metropolitanas. A captura do sentido político dos protestos, em

questões de dias, por parte da direita política tradicional e de novos atores ligados ao neoconservadorismo dos EUA e sua agenda de *regime change*, demonstraram por outro lado os limites deste projeto no plano ideológico, e o peso de derrotas na esfera política e cultural que vinham se acumulando com a instrumentalização do problema crônico da corrupção, que já desarticulava o núcleo da direção política petista com o episódio do “mensalão” de 2005.

Os protestos de 2013, uma vez derrotados seus elementos políticos mais progressistas (inclusive mediante forte repressão das polícias estaduais e do ativismo conservador de setores do judiciário, convém lembrar), deu lugar a uma profunda crise política, inflada pelo uso político cada vez mais intenso das investigações sobre corrupção na Petrobrás no âmbito da Polícia Federal e do Ministério Público, alimentadas segundo todas as evidências por informações obtidas mediante espionagem pela *National Security Agency* e outros serviços de inteligência dos EUA.

Esses acontecimentos formam parte de um processo social profundamente traumático, ainda em curso, que constitui uma crise orgânica no sentido teorizado por Gramsci, na qual o mínimo consenso social e as formas políticas e institucionais desenhadas a partir da redemocratização do país nos anos 1980 – cuja expressão máxima fora a Constituição de 1988 – desaparecem sem solução aparente de continuidade. Por ora, os grandes beneficiários

dessa crise são os monopólios internacionais e seus aliados internos, que conseguiram constituir por via eleitoral um governo de extrema-direita que representa uma regressão social no país impensável até poucos anos atrás.

A difícil situação brasileira, após a vitória política das forças mais reacionárias da sociedade, não é anômala, e sim parte do avanço da extrema-direita que se verifica em nível mundial e que coloca em questão as instituições da democracia liberal até mesmo nos países centrais. Presentemente, o principal eixo político do imperialismo, que inclui Reino Unido e EUA, está sendo governado pela dupla Donald Trump e Boris Johnson, com todas as implicações disto para o sistema mundial de relações internacionais.

Entretanto, a chegada de Jair Bolsonaro ao governo abriu um período diferenciado na história política do Brasil, em que o poder de classe burguês passa a ser exercido com uma agressividade ideológica inaudita. É verdade que Bolsonaro e sua camarilha desprezível de canalhas não inventaram a barbárie, nem há que se cair na tentação de idealizar nossa experiência recente. Fomos oposição de esquerda ao projeto reformista e conciliador dos governos petistas, e é importante que não nos esqueçamos os motivos de termos estado aí. Antes ainda, é também nas estruturas de uma sociedade racista, desigual e violenta, formada em séculos de escravidão, domínio latifundista, repressão política e submissão das elites aos monopólios

internacionais e ao imperialismo, que o bolsonarismo deita suas raízes. Mas por outro lado, é inegável que não há comparação possível entre a tragédia deste governo com outros períodos de nossa história, e nossas diferenças com os governos do PT não nos farão deixar de reconhecer avanços importantes em políticas públicas (como o acesso dos negros/as ao ensino superior e a expansão da educação pública federal), as quais não hesitaremos em defender contra o desmonte que se propõe.

Por outro lado, não é novidade que políticas favoráveis aos monopólios internacionais e ao capital financeiro sejam implementadas no Brasil, com maior ou menor intensidade, há longa data, e de forma ininterrupta desde os anos 1990, sem que o PT tenha de fato rompido com elas. Mas insistimos que o presente momento não encontra precedentes em nossa história recente. no Governo Bolsonaro, o desmonte do Estado iniciou-se rapidamente a partir da extinção de ministérios, de grupos de trabalho, e comitês onde a representação civil era exercida. Os órgãos remanescentes foram aparelhados por indivíduos ineptos; loteados entre militares, religiosos e seguidores de uma seita pseudo-filosófica ultra-reacionária, dirigida pelo inacreditável Olavo de Carvalho. O processo democrático foi golpeado de todas as formas, fragilizado pelo discurso midiático, burlado pelo sistema judiciário. O processo de desmonte

caminha a passos largos, atingindo praticamente todas as áreas da sociedade. Estamos, como nunca, sob ataque, e a defesa do Brasil só pode ser assumida pelo povo, pela classe trabalhadora e pelas juventudes.

Diante deste quadro catastrófico a “burguesia nacional”, outrora decantada em verso e prosa por setores da inteligência progressista brasileira, perde completamente qualquer traço de antagonismo com o imperialismo e vestígio de um projeto autônomo, mergulhada no dinheiro fácil do rentismo, transformando seus ativos industriais em plataformas maquiladoras, ou convertendo-se em massa à atividade de mercadores-importadores, meramente rotulando produtos que chegam prontos em contêineres. Sua fração agroindustrial torna-se cada vez mais poderosa, é verdade, reforçando o histórico problema do monopólio latifundiário da terra e dos recursos naturais – pra não dizer da vida humana – nas áreas sob seu controle: mas subordina-se de forma cada vez mais intensa, por outro lado, aos grandes oligopólios internacionais da produção de alimentos

Que a destruição das fundações de um desenvolvimento nacional autônomo seja acompanhada da destruição das garantias e direitos fundamentais na esfera social e política, sobretudo dos avanços progressistas da Constituição de 1988, com que se esperava justamente superar os aspectos centralizadores e autoritários até então conservados nos

experimentos desenvolvimentistas do séc. XX, nos dá a dimensão da tragédia que se abate sobre a sociedade brasileira. As políticas que estão em execução desde o governo Temer, radicalizadas agora sob o governo Bolsonaro, estão ampliando e intensificando para outros milhões de brasileiros o abandono e a miséria. Se o projeto em curso for realizado conforme advogam seus defensores (sem que consigamos colocar travas e lhes impor derrotas), voltaremos a ter o nível de proteção do trabalho e a seguridade social que se tinha no Brasil até a década de 1920.

É preciso, pois, que se compreenda que ainda temos uma correlação de forças desfavorável e que nos encontramos em um momento muito difícil. A agenda antipopular, antidemocrática e anti-nacional encontra vantagem política importante em todos os campos institucionais: no Parlamento, no Judiciário, e mesmo no imaginário social, em que as ilusões vendidas pelos monopólios de mídia e a própria maquinaria ideológica bolsonarista conquistaram grande parcela da classe trabalhadora. As mobilizações que vimos em 2019, sobretudo no primeiro semestre, foram importantes, porém insuficientes.

Na dimensão econômica, o governo patrocina a recessão e o desemprego. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) trimestral, divulgada em janeiro de 2020, a taxa de subutilização é de 23 % da força de trabalho. Fazem parte deste número impressionante o contingente de 11,6

milhões de desempregados, que atingiu um pico de 13 milhões em meados de 2018. Também causa preocupação o fato de que mesmo a redução da desocupação (-7,1%), alardeada como sinal de “recuperação” pelo governo, se baseie na verdade no crescimento do emprego informal. O número de empregados sem carteira assinada atingiu o recorde da série histórica, alcançando 11,9 milhões de pessoas. Hoje, o trabalho informal já representa quase metade da população ocupada, incluindo empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos e trabalhadores “por conta própria” sem CNPJ. Como se vê, eram absolutamente falsas as promessas de que a reforma trabalhista levaria à melhora do mercado de trabalho.

Na medida em que comece a diminuir a crença popular na capacidade do governo da direita em resolver problemas do país, é necessário reafirmar e defender um programa de transformações estruturais no qual o povo trabalhador e as massas populares sejam de fato os protagonistas.

A histórica greve dos petroleiros de fevereiro de 2020, que explodiu após o anúncio do absurdo fechamento da indústria petroquímica de fertilizantes de Araucária, no Paraná (FAFEN), recoloca a questão da defesa da soberania nacional no centro da resistência ao governo entreguista de Jair Bolsonaro.

A Petrobrás encontra-se sob verdadeira intervenção de interesses privados, desfazendo-

se de enorme quantidade de ativos e desmontando a estrutura produtiva integrada e verticalizada construída em décadas, em nome da liquidez e da entrega a curto prazo de dividendos a seus acionistas. Embora o golpe de 2016, fato determinante da atual conjuntura brasileira, tenha tido múltiplas determinações e se inscreva no marco das “contra-revoluções preventivas” que definem a dinâmica da luta de classes no Brasil, é inegável a centralidade da disputa pelo controle da Petrobrás e dos recursos naturais e energéticos brasileiros neste processo. É fundamental que a defesa intransigente da Petrobrás esteja em primeiro plano no programa das forças populares no próximo período. A Petrobrás encontra-se sob verdadeira ocupação estrangeira, desfazendo-se de enorme quantidade de ativos e desmontando a estrutura produtiva integrada e verticalizada construída em décadas, em nome da liquidez e da entrega a curto prazo de dividendos a seus acionistas. A venda de refinarias e das infraestruturas de transporte de petróleo e gás deve ser denunciada, e a renacionalização completa da empresa deve ser nosso horizonte estratégico. Bem como das demais empresas estratégicas que foram entregues ao capital privado, como a Vale e a CSN.

É importante estarmos atentos e ter em conta em nossa estratégia as contradições inerentes a esse modelo de atrelamento direto dos preços de insumos básicos ao mercado internacional de energia. Note-se que a política

de combustíveis delineada pelo governo golpista de Michel Temer, e seguida pelo de Bolsonaro, ao provocar a perda da capacidade de refino em detrimento da exportação de petróleo bruto, e esta aliada à liberalização da política de preços, foram já determinantes para a maior crise política vivida pelos governos de direita após o golpe, no caso das paralisações de caminhoneiros e empresários de transportes no final de Maio de 2018.

E a Petrobrás não é a única linha de frente na defesa da soberania nacional. Dialeticamente, o projeto burguês de desenvolvimento do capitalismo brasileiro produziu internamente o seu contrário, e empresas e órgãos como a Embraer, a Eletrobrás, a Embrapa, o BNDES, o IBGE, bem como um dos maiores e mais importantes conjuntos de universidades públicas do mundo, com robusta produção científica e tecnológica, não são meras dádivas da burguesia, mas igualmente produto da luta de classes e das pressões sociais, conquista e patrimônio do conjunto dos sujeitos populares na formação social brasileira. A luta pela manutenção desse patrimônio público e das empresas públicas brasileiras é parte inseparável da luta de classes e tarefa do proletariado brasileiro, que herdará essas estruturas e as utilizará na construção da sociedade socialista.

Essa antítese popular tampouco se manifestou somente na criação de uma superestrutura que possibilitou o controle parcial do Estado brasileiro (e hipoteticamente, pois, o

futuro controle democrático da classe trabalhadora) sobre a produção econômica. Igualmente, o inverso da modernização autoritária do país se manifestou na organização de amplos setores da classe trabalhadora no campo e na cidade, na emergência de um Partido Comunista de quadros amplamente inserido nas de massas nos anos 1950, de um vigoroso movimento operário identificado com a tradição socialista nos anos 1980, e na formação do maior movimento de camponeses organizados de nossa história, o MST, igualmente com perspectiva socialista. Ainda, formou-se por aqui uma extensa e fecunda linhagem de intelectuais, ainda de tipo tradicional, mas identificados com a classe trabalhadora e dispostos a pensar criativamente os problemas nacionais e a natureza da transição ao socialismo em nossa terra, sendo que até os anos 1980 houve grande ascendência das posições comunistas e revolucionárias no campo da cultura e da produção intelectual brasileira. É esta a herança na esfera econômica, cultural e política, que o governo de Jair Bolsonaro busca reverter de forma acelerada.

Mas a ofensiva contra o campo popular não se limita aos ataques do governo Bolsonaro. É no Parlamento, dirigido pela figura supostamente “moderada” de Rodrigo Maia, que tem sido aprovada agenda de destruição de direitos e ampla liberdade para o capital dos últimos anos. Também é com a conivência e mesmo protagonismo do Poder Judiciário que se

dão a destruição dos direitos trabalhistas e as perseguições a lideranças de esquerda. E judiciário e mídia se aliam ainda para garantir a continuidade, expansão e onipotência da Lava-Jato para além de qualquer limite jurídico razoável, mantendo simultaneamente a indústria petrolífera, nuclear e de defesa em estágio terminal; para a reforma tecnicista do ensino médio e a asfixia financeira das universidades públicas, garantindo a precarização da força de trabalho e a manutenção da irrelevância científica e tecnológica do país; para uma reforma trabalhista compatível com a transformação do país em plataforma de mão de obra barata para atividades de baixa complexidade. Amarrando todas as medidas em um mesmo pacote, ocorre ainda a aprovação da Emenda Constitucional 95, criando o regime fiscal mais “austero” de todas as experiências ultra-liberais mundialmente aplicadas na esteira da crise de 2008: congelando o investimento público por vinte anos, comprimindo violentamente a participação do Estado brasileiro na economia e tornando definitivamente em letra morta as promessas da Constituição de 1988. Isso além de garantir o pagamento de altíssimas taxas de retorno aos rentistas detentores da dívida pública brasileira, determinando ao país, na nova ordem global, a tarefa de enriquecer ainda mais a ultra-minoria de senhores do mundo, detentores do capital fictício criado com as políticas de desregulamentação financeira implementadas desde os anos 1970.

O Brasil, após o final da ditadura militar iniciada em 1964, teve um longo período de governos alinhados (com maior ou menor intensidade) aos interesses do imperialismo na região, fazendo parte da chamada “onda neoliberal” da América Latina, que dominou a política do continente na década de 1990. Com a grande derrota dos trabalhadores de todo o mundo representada pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a burguesia promoveu um brutal avanço sobre os direitos da classe trabalhadora em todo o continente, promovendo medidas econômicas ortodoxas, que resultaram em arrocho salarial, perda de direitos, venda do patrimônio público e entrega das riquezas nacionais a grandes potências imperialistas.

É nesse cenário de desafios e derrotas, mas de amplas perspectivas de luta e afirmação de um projeto alternativo de sociedade, que a Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, vem crescendo e se afirmando como alternativa para a organização sindical e popular de resistência em nosso país.

#### **4. A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO DAS REFORMAS DO GOVERNO BOLSONARO**

Nos anos 70 e 80 a classe trabalhadora brasileira inicia um processo de reorganização,

um momento de grandes greves e de retomada da luta sindical combativa. Os setores que representavam a renovação da luta sindical organizaram pela base, através das oposições sindicais, o enfrentamento aos pelegos e retomaram para a luta a direção do movimento e importantes sindicatos outrora domesticados pela ditadura. No seio desse processo de reorganização da luta sindical ecoava o debate do chamado novo sindicalismo, da liberdade sindical e da ratificação da convenção 87 da OIT. Essas posições não acumularam força suficiente no movimento e não foram asseguradas na constituição de 1988. Por isso a luta pela reorganização do movimento sindical segue na ordem do dia e enfrentamos dificuldades. Ainda lidamos com baixos índices de sindicalização, a burocratização e o peleguismo enfrentadas nos anos 80 reaparecem como velho e resistente inimigo da organização dos trabalhadores e temos ainda uma enorme divisão no sindicalismo brasileiro com mais de dez mil entidades de trabalhadores oficialmente registradas.

Parte do movimento sindical atribuía (alguns seguem atribuindo) os problemas do movimento sindical das últimas décadas a relação que setores do movimento, sindicatos e centrais, estabeleceram com os governos Lula e Dilma (PT). Críticas bastante conhecidas nos debates e enfrentamentos dos últimos anos e que apontam a necessidade de independência e autonomia dos trabalhadores frente aos

governos, essas críticas, mesmo aquelas justas e que orientaram corretamente o movimento nos primeiros 15 anos deste século, não dão conta de explicar a profundidade dos dilemas do movimento. Se a questão se resumisse a relação da direção do movimento sindical com os governos do PT, o problema estaria historicamente superado com o golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro. O novo sindicalismo se contaminou com os vícios e práticas do passado, porque, apesar dos avanços e vitórias daquele momento, permanece a estrutura do sindicalismo de Estado e suas dinâmicas de cooptação do movimento sindical se afirmam cotidianamente na atividade sindical.

A legislação trabalhista criada na década de 40 durante o governo Getúlio Vargas é, sem dúvida, um marco para a luta de classes no Brasil e representa avanços significativos para os trabalhadores. Pela primeira vez na história do Brasil, foram regulamentadas jornada de trabalho, salário, férias e diversos direitos básicos, historicamente conquistados pela classe trabalhadora mundial. Essa regulamentação, contudo, não pode ser compreendida pelo discurso benevolente de Getúlio. Ela é resultado dos embates entre as classes e frações de classe daquele período. As primeiras décadas do século XX foram marcadas por diversas greves e surgimento de associações e organizações de luta sindical. Ao regulamentar o trabalho e a ação sindical Vargas atende parcialmente reivindicações históricas dos trabalhadores,

contra as posições mais reacionárias presentes nas classes dominantes, mas ao mesmo tempo, impõe limites estruturais a organização sindical e a luta da classe trabalhadora, usando como base a experiência da *Carta del Lavoro* de Mussolini. O fato de que reconheçamos avanços na legislação trabalhista e até hoje travemos lutas de resistência em torno de alguns de seus elementos, atacados sistematicamente pelas classe dominantes e ameaçados de morte no governo Bolsonaro, não nos coloca ao lado de Getúlio Vargas ou de qualquer inspiração fascista, pelo contrário, depõem contra a burguesia brasileira e retrata o nível do atraso e da violência de classe a qual os trabalhadores do Brasil estão historicamente submetidos. Para citarmos um exemplo, Inglaterra e França estabeleceram jornada de trabalho máxima de 10 horas diárias entre 1847 e 1848, mais de um século antes do Brasil.

A estrutura sindical criada por Getúlio “legaliza” a luta sindical subordinando-a ao reconhecimento, autorização e normas de funcionamento definidas e controladas pelo Estado. A base dessa estrutura é a **investidura sindical**. O primeiro ato legal na existência do sindicato é a sua inscrição oficial junto ao órgão estatal designado, estabelecendo a própria existência do sindicato (oficial) como concessão e atribuindo ao Estado o poder de definir que organizações de trabalhadores terão o direito legal de exercerem a representação sindical. Em decorrência desse reconhecimento, formalizado



na concessão da carta sindical, se estabelece a **unicidade sindical obrigatória**, a entidade tem assegurada por força da lei o monopólio da representação e a exerce sempre mediada pelo Estado. O último elemento dessa estrutura são as **contribuições compulsórias**, através das quais o Estado assegura ao sindicato uma forma de financiamento automática, instituindo o direito de cobrar taxas dos trabalhadores, independente de sua vontade (imposto sindical) ou de ato de livre filiação ao sindicato (qualquer taxa, mesmo definida em assembleia, que recaia sobre os não filiados).

Através dessa estrutura o Estado se vale de sua atribuição constitucional para intervir diretamente na organização dos trabalhadores, a partir de suas cúpulas no Judiciário, Executivo ou Legislativo. O objetivo dessa tutela sobre a luta dos trabalhadores é impor os limites de ação político e ideológico do sindicato. A obrigatoriedade legal de negociação entre patrões e empregados torna a data-base o centro da luta sindical, greves e mobilizações por “motivações políticas”, sem relações imediatas com negociações salariais são comumente criminalizadas, além disso, mesmo nas mobilizações de negociação salarial, a Justiça do Trabalho tem o poder da palavra final. Na ausência de acordo entre patrão e sindicato o Judiciário entra em campo para decidir o resultado do processo, geralmente impondo decisões arbitrárias aos trabalhadores sob ameaça de intervenção nas contas e patrimônio

do sindicato e, em alguns casos, de intervenção na diretoria da entidade. Os acordos forçados pela Justiça são comumente descumpridos pelos patrões e sem a força da greve o sindicato fica novamente a mercê da Justiça burguesa. Daí surge o chamado sindicalismo de resultados, com diretorias e quadros especializados em conquistar “vitórias concretas” a partir de políticas orientadas pelo taticismo das demandas imediatas ou “urgentes” da categoria, relegando o debate político de fundo para “momentos mais apropriados” ou até mesmo negando a luta política e colocando-a em oposição a luta sindical.

Palavras de ordem em defesa da autonomia sindical e contra a intervenção do Estado tinham ressonância no início do processo de reorganização do movimento sindical, mas essas consignas faziam parte das disputas contra o velho sindicalismo. Além disso a rejeição da intervenção da ditadura se confundia com a rejeição a intervenção do Estado, independente da sua forma, dos governos e das forças políticas que encabeçam sua direção. A adequação à estrutura gerou uma cultura sindical na qual o próprio movimento reivindica sua manutenção e a consequente tutela do Estado, como se esse não fosse uma instituição organizada e dirigida pelas classes dominantes contra as classes trabalhadoras.

As mudanças no uso da estrutura sindical, com intervenção maior e mais direta ou mais sutil e “negociada” serviram para abrir ou

fechar espaço de atuação dos trabalhadores ao longo das décadas, mas desde sua criação no governo Vargas, até a ditadura militar e, mais recentemente, desde a constituição de 1988 até o golpe de 2016 e o governo Bolsonaro, os elementos essenciais do sindicalismo de Estado seguem em vigência e mais do que isso, a estrutura tem sido fortalecida com a criação de comissões tripartites, o constante cerceamento ao direito de greve, com o reconhecimento das centrais, que as incorporou a estrutura sindical.

Até o momento o sindicalismo de Estado foi plenamente compatível com o objetivo estratégico das classes dominantes de submeter e cercear o raio de ação político dos trabalhadores brasileiros. O governo Bolsonaro prometeu “varrer os vermelhos” e acabar com o “marxismo cultural”, para isso já iniciou o combate contra a educação básica e a Universidade brasileira e irá apresentar uma reforma sindical. A questão da estrutura e da concepção sindical baterá à porta do movimento.

Durante a tramitação das reforma trabalhista e da previdência o governo Temer buscou chantagear e pressionar o movimento sindical com a ameaça do fim do imposto sindical, além de dar à mídia corporativa elemento de propaganda contra os sindicatos e as centrais, lançou uma polêmica para o movimento dos trabalhadores. Parte do movimento sindical saiu em defesa do imposto sindical e chegou a defender a estrutura com o argumento de que o governo tentava eliminá-la.

É preciso reconhecer que o corte de arrecadação promovido pelo fim do imposto sindical foi um golpe contra a capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores, no entanto, não podemos deixar de identificar que o baque sentido pelos sindicatos é resultado da dependência desse recurso, da falta de autonomia financeira do sindicato frente ao Estado. O recurso que não é resultado de uma tomada de posição política do trabalhador, que não surge do vínculo da base com a luta do sindicato, leva a acomodação, descolamento entre direção e base e converte o sindicato num aparelho do grupo político que o dirige. A dependência do Imposto é uma das causas do baixo nível de sindicalização e da existência de sindicatos com diretorias cuja posição política, mesmo quando é de luta, não tem eco e não mobiliza na base. O baixo índice de filiação não é sempre sinônimo de burocratização ou peleguismo, há também várias entidades, especialmente no setor privado, com trabalho real – democráticas e combativas, que enfrentam assédio, repressão e tem muita dificuldade de manter um quadro de saúde financeira nos sindicatos. O que predomina graças ao recurso financeiro proporcionado pela estrutura sindical, no entanto, é a existência de sindicatos criados com o objetivo de gerir o imposto, sindicatos que só existem no papel. O corte do imposto sindical é um desdobramento tático, possível por sua criação e manutenção na estrutura do sindicalismo de Estado.

O anúncio da reforma sindical e a apresentação em paralelo da PEC 171/2019 geraram efeito semelhante e temos visto defesas do sindicalismo de Estado como reação a investida de Bolsonaro.

Antes de tudo é preciso afirmar categoricamente: Somos contra qualquer proposta e tentativa de interferência desse governo no movimento sindical e lutaremos contra qualquer projeto apresentado por Bolsonaro, para isso defendemos e construímos a resistência unitária do movimento sindical.

Circulou no Congresso no ano passado projeto com propostas de alteração ao art. 8º da Constituição apresentadas pelo Dep. Federal Marcelo Ramos (PL-AM). O projeto foi defendido pela Força Sindical e parece estar descartado, já que teve rejeição da equipe de Bolsonaro. O debate levantado na PEC 171/2019, ainda assim é relevante, porque sua própria existência retoma o debate da estrutura e serve de termômetro para a reforma do Bolsonaro.

Com o discurso de tornar “*assegurada a plena liberdade sindical*”, o deputado propõe concretamente:

- A possibilidade de existência de mais de uma entidade sindical na base, instituindo o pluralismo em substituição à unicidade;

- Que o resultado das convenções e acordos coletivos sejam válidos apenas para os filiados do sindicato;

- A criação de uma Comissão Nacional de Organização Sindical (CNOS) bipartite, formada por 6 representantes das centrais mais representativas e 6 representantes de Confederações patronais. A CNOS fica legalmente responsável por:

a) atribuir personalidade sindical às entidades de empregados e empregadores, bem como encerrar as entidades sindicais que não tenham realizado negociação coletiva nos últimos 3 (três) anos;

b) estabelecer requisitos obrigatórios de representatividade, democracia, eleições, mandatos e de transparência que deverão constar nos estatutos das entidades sindicais em todos os níveis da organização sindical;

- c) estipular os âmbitos da negociação coletiva e o alcance de suas decisões;
- d) deliberar sobre sistema de custeio e financiamento do sistema sindical.<sup>2</sup>

Ficam postas para o debate polêmicas entre unicidade ou pluralidade na base, um novo organismo para regulamentar e reconhecer os sindicatos, dessa vez sem intervenção formal do Estado, as decisões ficariam sob responsabilidade da CNOS conformada por algumas centrais e algumas federações patronais. É preciso debater com cuidado qualquer proposta apresentada neste congresso nacional. A questão de fundo continua sendo quem deve decidir sobre as formas de organização dos trabalhadores, quais são os limites de suas lutas e de que forma desejamos que a lei regule o conjunto dessas questões. Se o debate se der em torno de detalhes ou aspectos parciais da estrutura atual corremos o risco de perder energia em falsas polêmicas e terminar fazendo parte de medidas que reformem ou retoquem a tutela do Estado. As possibilidades de mudança na estrutura sindical mexem com muitos interesses, de um lado existe a mesquinhez de setores da direita que desejam disputar espaço – dinheiro e estrutura política – num ambiente hoje saturado, com sindicatos e centrais já

estabelecidos, de outro a preocupação dos monopólios da grande burguesia, que também se organiza em federações e está acostumada a trabalhar na dinâmica do sindicalismo atual. Também preocupam os grandes jogadores do campo inimigo o debate e o acirramento político que as mudanças podem provocar no meio da classe trabalhadora e o tempo que as medidas propostas podem levar para serem realmente implantadas.

O governo poderá se valer de alternativas que acompanhem a lógica da reforma trabalhista e da desregulamentação do trabalho, abrindo a possibilidade de que os direitos de cada trabalhador sejam determinados apenas pelo contrato de trabalho e mediados pelo sindicato ao qual pertencem. Na mesma categoria poderia existir um trabalhador com 30 dias de férias remuneradas e outro com apenas 20, o sindicato de luta seria substituído por um “sindicato empresa” que seria ao mesmo tempo RH dos patrões e gestor de plano de saúde, e aposentadoria privada. Essa modalidade poderia ser implementada tanto por pluralismo na base, quanto por um fracionamento forçado que abra espaço para novos sindicatos, com organização de base por empresa e não mais por categoria.

A identidade do núcleo do governo Bolsonaro com o fascismo é cada vez mais escancarada, a depender da posição desse setor poderemos ser surpreendidos com mudanças pautadas no combate mais direto e violento, mais

repressão e cerceamento do que cooptação e disputa ideológica.

É necessário trabalhar pela unidade da classe trabalhadora e pelo direito à livre organização. As mudanças no mundo do trabalho e na legislação brasileira tem estimulado terceirização, pejotização, o *home working* e outras formas de instituir subcategorias cada vez mais exploradas e segregadas entre si, isso tem gerado também um fracionamento ideológico da classe trabalhadora. Esse tendência encontra solo fértil na estrutura sindical brasileira, que acompanhou (em certos casos até se antecipou) a fragmentação das categorias criando novos sindicatos com o objetivo de disputar controle de aparelho e recurso do imposto sindical e outras taxas.

Uma vez dividida em mais de uma base sindical, as categorias profissionais e trabalhadores do mesmo ramo econômico encontram os muros da estrutura no caminho da unidade. O movimento combativo deve estabelecer a luta pela liberdade sindical como norteadora de suas formulações e práticas. É possível e necessário também driblar os limites da estrutura, defender e construir a unidade sindical buscando reintegrar os trabalhadores pela base, unindo suas lutas nas mesmas batalhas e buscando a unidade nos mesmos instrumentos organizativos. Combater a tutela do Estado no cotidiano e unir a classe que a estrutura dividiu em categorias apartadas.

## **5. OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA EM SANTA CATARINA**

No nosso Estado, temos um governo eleito pela identificação com a figura de Bolsonaro. O governador Carlos Moisés, no entanto, preferiu uma política de maior conciliação com as direitas tradicionais de Santa Catarina – motivo pelo qual já é atacado por parte da base bolsonarista. Mesmo com diferenças no estilo, em pouquíssimo se difere concretamente da fórmula de repressão policial crescente e neoliberalismo econômico do Governo Federal. Da mesma forma, mantém a mesma política fiscal da nova república, que mistura austeridade para a maioria da população e subsídios fiscais e tributários para o patronato. Em termos nacionais, se alinha com parte da base de Bolsonaro que entrou em atrito com o presidente no último ano, da qual o governador Wilson Witzel é o exemplo mais destacado.

Com muitos votos tanto para Moisés quanto para Bolsonaro, o Estado apresenta dificuldades complexas para as esquerdas. Ao mesmo tempo em que, mais do que qualquer outro Estado, é necessário considerar a presença de bases fascistas organizadas em SC, a escolha da população em um momento conjuntural não pode ser absolutizada ou naturalizada. A mesma população que, em uma situação, vota em um

candidato reacionário, pode mudar com o trabalho insistente e disciplinado das forças revolucionárias – e é preciso lembrar que Santa Catarina é o estado onde mais caíram os índices de aprovação do governo.

Isso significa compreender que as táticas necessárias no enfrentamento do capitalismo dependente estão vinculadas às especificidades conjunturais, mas também, territoriais. Essa ressalva é particularmente importante no caso de Santa Catarina, enquanto porção do território nacional marcada, historicamente, por uma menor concentração fundiária e por um relevante setor industrial e de serviços a ele associado, seja nas áreas rurais, seja nas áreas urbanas. Apesar da especificidade, Santa Catarina está submetida aos determinantes nacionais e internacionais do capitalismo dependente, como podem se vistas a desindustrialização e a participação crescente do capital estrangeiro. Essa especificidade da composição técnica e orgânica do capital exige, por suposto, uma força de trabalho correlata, o que se manifesta pela maior taxa de formalidade das ocupações, maior rendimento médio com menor desigualdade de renda, comparativamente ao Brasil.

Essas especificidades da força de trabalho catarinense apontam que os mecanismos de exploração e o movimento do exército industrial da ativa e de reserva não coincidem diretamente com aqueles da totalidade do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Em outras palavras, em Santa Catarina a

valorização do capital se verifica, sobretudo na busca por maior intensidade/produktividade do trabalho e na apropriação do salário indireto.

Essa particularidade escapou e escapa dos projetos neodesenvolvimentistas, limitados, pela conciliação de classes, a aumentar o consumo da força de trabalho sem questionar a produção e apropriação do valor. Ela explica também, ainda que parcialmente, a ressonância da votação de Bolsonaro no Estado em 2018 sobre o conjunto dos trabalhadores catarinenses, uma vez que a crise econômica pós-2015 se propagou em território cuja maioria dos trabalhadores se localiza em grupos intermediários de renda (ainda que não menos proletários), não tão diretamente beneficiados pelas políticas sociais e de mercado interno implementadas na conjuntura da primeira década dos anos 2000.

Por fim, essa particularidade catarinense implica a elaboração de táticas que critiquem objetivamente a exploração da força de trabalho e a dominação política a que são submetidos os trabalhadores catarinenses, vinculando ambas às determinações do capitalismo dependente nacional. Em outras palavras, não basta denunciar o aumento da pobreza, do desemprego e da informalidade em um Estado que apresenta relativamente maior renda. É necessário criticar o próprio emprego assalariado e a propriedade privada. A conjuntura exige em SC uma maior radicalidade, na denúncia/crítica: da apropriação pelos capitais privados de recursos e áreas

públicas, no embrutecimento do emprego a que são submetidos os trabalhadores, na ausência de políticas e de serviços educacionais e culturais aos trabalhadores, no tempo de vida que é consumido nos deslocamentos casa-trabalho e nos trabalhos domésticos. Em suma, a luta em Santa Catarina não pode ser apenas em torno do trabalho e do salário, mas do próprio assalariamento, deve-se buscar novas formas de reprodução da vida social para além do capital.

### **CONTRIBUIÇÃO TEMÁTICA - EM DEFESA DO SUS, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO**

O SUS - Sistema Único de Saúde, foi construído e idealizado pelo Movimento de Reforma Sanitária desde a década de 1970. Tratava-se de uma compreensão de que a saúde não poderia ser mais entendida apenas pelos seus fatores biológicos, mas que é determinada também por fatores sociais, econômicos. Portanto, o projeto do SUS idealizado pelo Movimento levou em conta a necessária transformação societária para que a saúde possa ser, de fato, um direito humano não alcançado pelo mercado.

O SUS que veio a ser instaurado na Constituição Federal de 1988 não garantiu todos os princípios pretendidos pelo movimento, mas ainda assim vem garantindo avanços significativos na saúde da população brasileira

desde aquele período. Entre os princípios constitucionais do SUS, importante mencionarmos a descentralização dos investimentos e a universalização do acesso às ações e serviços de saúde. Outra garantia legal que é importante mencionar é o controle social, através dos conselhos de saúde, de caráter deliberativo e não apenas consultivo. Fato é que os diversos governos não cumprem as deliberações dos conselhos, mas que ainda assim se trata de um espaço de relevante articulação política entre trabalhadores/as e usuários/as do sistema de saúde. Não à toa, o governo Bolsonaro vem atacando os conselhos, no intuito de dificultar a articulação dos que resistem aos ataques sofridos pelo SUS.

Os ataques ao SUS não são recentes. Desde a sua regulamentação, o SUS já passou a sofrer desmontes, passando inclusive por reformas de Estado, que alteraram o modelo gerencial brasileira na década de 1990. A reforma de Bresser Pereira em 1998 possibilitou que o Estado brasileiro deixasse de ser o executor dos serviços públicos para mero fiscalizador dos serviços prestados por outros entes, inclusive privados. Nos últimos anos, mais de 50% dos recursos públicos de saúde têm sido destinados a instituições privadas e/ou filantrópicas.

A política de subfinanciamento do SUS também foi uma constante, sendo um das causas dos problemas de acesso ao sistema de saúde. Sem financiamento, os serviços vão se tornando restritos e precários e o setor privado de saúde se

fortalece, em grande parte usando de recursos públicos para suas grandes obras, a exemplo do que fez o Hospital de Caridade em Florianópolis, que construiu toda uma nova ala com mais de 20 milhões de reais cedidos pelo então governo do Estado de Colombo, numa forma velada de privatização.

No mesmo sentido estão as Organizações Sociais - Os, entidades privadas formalmente sem fins lucrativos, mas que firmam contratos com o ente público e recebem recursos do SUS para oferecer os serviços de saúde que poderiam ser prestados diretamente pelo Estado. Semelhante a isso é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública de caráter privado, que assumiu a gestão da maioria dos Hospitais Universitários Federais brasileiros.

O que vem acontecendo de maneira cada vez mais acelerada no Brasil, especialmente após o golpe de 2016, é uma percepção de que a saúde é um campo para que o capital busque auferir lucros, jogando aquilo que deveria ser direito na “lógica de mercado”. Enormes grupos econômicos, inclusive de capital estrangeiro, que fazem da doença um grande negócio, a intensificação das políticas de renúncia fiscal e subsídios à planos privados de saúde (inclusive os chamados "planos populares de saúde), as desonerações fiscais para a importação de equipamentos e insumos, colaboram para o desmonte do SUS.

Nesse momento, diante de um governo de extrema direita, federal e estadual, os interesses

de corporações privadas de saúde encontram seus representantes firmemente dentro do Estado. É fundamental que possamos converter a classe trabalhadora em defensores do SUS enquanto patrimônio do povo brasileiro, compreendendo que as políticas privatizantes vem se fortalecendo e precisamos combatê-las de forma uníssona. O SUS é uma das maiores conquistas da luta popular brasileira e assim precisa ser defendido.

“O SUS é nosso ninguém tira da gente, direito garantido não se compra não se vende”!

### **CONTRIBUIÇÃO TEMÁTICA - NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO TAREFAS ATUAIS DO SINDICALISMO NO BRASIL**

O Brasil é um país capitalista dependente, dirigido por um pequeno número de poderosos que lucram com a exploração do povo trabalhador e com a associação aos interesses do capital internacional. Desde sua origem até nossos dias, o país não superou os problemas estruturais da sociedade. Cabem aos trabalhadores e trabalhadoras – que tudo constroem e nada tem – a classe capaz de libertar a Nação do domínio das elites capitalistas e instalar uma democracia radicalmente popular, feita por nós e para nós, em um projeto socialista.

Para tanto, o conjunto de medidas necessárias e urgentes devem se relacionar às demandas populares imediatas, integradas em processo contínuo e simultâneo, para mudanças estruturais em nossa sociedade rumo a uma pátria soberana, popular e democrática.



Entre essas medidas, encontram-se aquelas relacionadas diretamente ao local de trabalho, como redução da jornada sem redução dos salários diretos e indiretos; estabelecimento de um salário mínimo que atenda os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal; combate à toda forma de discriminação e desigualdade de rendimento.

A conquista dessas medidas pelo conjunto dos trabalhadores exige o fortalecimento dos sindicatos e das centrais sindicais na radicalização da democracia participativa, para que a base seja a protagonista política de suas entidades e organizações.

Contudo, as transformações nas jornadas de trabalho não se circunscrevem diretamente aos trabalhadores assalariados, formais e sindicalizados. Essa tese se justifica por fatores estruturais e conjunturais. Estruturalmente, a economia dependente brasileira apresenta uma elevada participação de trabalhadores no exército industrial de reserva e ou na informalidade, os quais servem aos propósitos da acumulação capitalista, na contenção nível salarial e das condições de trabalho.

Conjunturalmente, essa tendência se exacerba. Em primeiro lugar, observa-se adoção de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, automatizadoras de processos de trabalho ou de conexão digital entre trabalhadores e capital nas áreas de serviços (a chamada “uberização”). Em segundo lugar, a recessão econômica ampliou ainda mais o contingente desempregado, sem carteira e conta própria. Por

fim, medidas trabalhistas em prol da terceirização, flexibilização e sub-contratação implementadas desde os anos de 1990 foram aceleradas pós-golpe de 2016, sendo a reforma trabalhista e sindical os maiores exemplos.

Os resultados dessas transformações foram amplos: segundo a PNAD Contínua, em setembro de 2019, o desemprego registrava um patamar de 11,8%, cuja redução tênue ao longo do ano só foi possível pelo aumento da informalidade (41,3% dos trabalhadores) e dos conta-própria (aumento de 4,7% no ano). O impacto no movimento sindical foi direto: a taxa de sindicalização de 12,5% em 2019 foi a menor da série histórica, a qual se inicia com 16,1% em 2012.

Diante das necessidades históricas e da ofensiva da elite, mais do que nunca o movimento sindical deve se associar a várias formas de lutas para além do chão de fábrica. É necessário realizar, paralelamente, trabalhos orientados para a parte desses setores que não participam das organizações mencionadas, e também para as camadas mais pobres do povo trabalhador (trabalhadores informais e dos próprios assalariados pobres, aposentados, donas de casa, desocupados, subempregados, etc.), do meio urbano e rural, e dar-lhes um nível de prioridade importante. Isto não significa descartar outros setores sociais e sim, desenvolver uma concepção política acerca das prioridades sociais e refleti-las tanto nos planos de trabalho como no discurso político.



1º Congresso Estadual da Intersindical  
Central da Classe Trabalhadora  
“Crise e Reorganização da  
Classe Trabalhadora”